

Austeridade arruinou o mecenato no Brasil

ARTISTAS EM PÉ DE GUERRA CONTRA O GOVERNO COLLOR

Por JAMES ANHANGUERA (correspondente no Rio de Janeiro)

Acusando-o de considerar a sua actividade supérflua, a comunidade artística e cultural brasileira está em pé de guerra com o recém-empossado Governo de Collor de Mello.

No âmbito do seu Plano de Estabilização Económica — que tem por objectivo sanear as contas internas do Brasil, para numa fase posterior negociar com os países ricos novas fórmulas de pagamento da dívida externa e futuras injeções de capital estrangeiro na economia nacional — o jovem presidente propôs ao Congresso de Brasília a extinção das instituições que superintendiam as actividades no sector e a suspensão da chamada «lei Sarney», equivalente à lei do mecenato portuguesa, que estipulava a redução dos impostos de empresas patrocinadoras de produções artísticas e culturais.

«Qualquer projecto cultural que ficar activo nestes dias será um foco de resistência», proclamou a actriz Guida Viana, que integra o elenco da peça «Lamartine para inglês ver», sobre o compositor popular Lamartine Babo. A companhia de que faz parte foi uma das muitas surpreendidas pela suspensão de apoios de empresas ao seu trabalho.

Recém-saídos de um longo período de perseguições políticas, que pelo menos terá servido para pôr à prova a sua capacidade de suplantar a censura e, inclusive, a humilhação da prisão, da tortura e do exílio forçado (foi o caso, entre muitos, dos encenadores José Celso Martinez Correa, do Teatro Oficina, e Augusto Boal, do Teatro Opinião e de Arena, e dos cantores e compositores Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque), tendo tido no último quinquénio — o da «nova República» de José Sarney — de continuar a bater-se contra as dificuldades decorrentes do agravamento da crise económica do país, eis que, inesperadamente, no alvorecer do «Brasil Novo» de Collor, os agentes culturais se vêem face à eventualidade do caminho à sua frente continuar a ser igualmente sombrio.

Para o Governo, a difícil situação económica herdada do regime militar e do Governo Sarney não poderá ser ultrapassada se não à custa do sacrifício de todos e há mais quem argumente, em sintonia com as novas autoridades de Brasília, que, nas actuais circunstâncias de graves carências sociais, a cultura não poder ser uma prioridade nacional.

Além de apontar — sem os discriminar — casos de fraude fiscal nos processos de redução de impostos através da «lei Sarney», o Governo justificou a sua suspensão tendo por base a necessidade de um aumento da arrecadação de fundos com vista ao saneamento das contas do Estado.

● O protesto veemente de Fernanda Montenegro

«Até prova em contrário, não somos um país de corruptos e criminosos. Se houve ou há desmandos, há meios e modos de impedi-los. O que não aceito é levantar a opinião pública contra uma classe de trabalhadores, classe sofrida, sobreveniente de anos e anos de repressão económica e política» — ripostou a actriz Fernanda Montenegro em carta aberta ao presidente da República publicada pelo «Jornal do Brasil», do Rio de Janeiro.

Já a extinção, ou incorporação a outros organismos agora criados, de todas as instituições que superintendiam as actividades artísticas e culturais foi inserida na política governamental de contenção das despesas públicas.

O projecto governamental previa a imediata liquidação das fundações pró-memória — que geria a preservação do património artístico-cultural —, pró-leitura — que tinha por tarefa o incentivo à indústria editorial —, de Arte (Funarte), de Artes Cénicas e Circenses (Fundacem), do Cinema Brasileiro (Funcine) e da produtora e distribuidora de filmes, Embrafilme, entre outras.

Criadas no auge da ditadura militar, no período de vigência do Governo do general Garrastazu Médici (1969-73), quase todas — de acordo com a generalidade dos expoentes da própria classe artística — enfermaram de graves deficiências decorrentes da filosofia que esteve na sua origem e que gerou vícios lastimáveis no meio artístico intelectual, entre eles o da aceitação de uma excessiva dependência do Estado.

O projecto governamental teve pelo menos o mérito de trazer a público um balanço da actividade desses organismos, a maior parte com

duas décadas de existência.

Com 400 funcionários, em apenas 14 anos a Funarte desenvolveu 14 mil projectos de incentivo às artes plásticas e à música. Apesar dos seus males — diagnosticados com uma unanimidade que chega a ser impressionante pela classe de cineastas —, em 21 anos a Embrafilme produziu 300 filmes, boa parte dos quais tidos por crítica e público nacionais e estrangeiros como obras-primas ou, pelo menos, como trabalhos de grande relevância no quadro da cinematografia contemporânea.

A suspensão da lei de incentivo ao apoio de empresas à actividade artístico-cultural e a extinção das instituições gerou o caos no meio que a muito custo conseguiu sobreviver à grave crise económica brasileira.

O «congelamento» dos depósitos bancários e de outras aplicações financeiras — a medida mais polémica do radical Plano de Estabilização Económica de Collor de Mello — teve por consequência imediata a diminuição de espectadores, que se viram privados dos já escassos fundos para o entretenimento e o lazer, e a suspensão das actividades cinematográficas, de centros culturais, teatros e museus.

As alterações à medida provisória do Governo feitas na semana finda pelo Congresso beneficiaram apenas a Embrafilme, que — a menos que o presidente da República vete o projecto de emenda aprovado pelos parlamentares — já não seria extinta mas privatizada, caso venha a ter comprador — o que é posto em dúvida, apesar de, mesmo sem qualquer subsídio estatal, há dois anos a empresa ter saneado as suas contas e apresentar balanços positivos.

De qualquer modo, 14 filmes co-produzidos por aquele organismo no ano passado viram finalmente assegurada a sua distribuição no Brasil, entre eles o último de Caca Diegues, que tem por título — irónico, dada a situação que se vive no país e nos meios culturais — «Melhores dias virão».

● «Corredor cultural» ameaçado

Entretanto, corre o risco de desaparecer o recém-criado «corredor cultural» do Centro Histórico do Rio de Janeiro, composto pelo Centro Cultural Banco do Brasil, pela Biblioteca Nacional e pelo Paço Imperial.

O Centro Cultural Banco do Brasil foi inaugurado em Dezembro após uma reforma do prédio onde está instalado e que custou o equivalente a cerca de três mil contos. Possui um teatro, salas de exposições e de projecção de filmes e vídeo e um auditório para debates, além de um salão de chá.

Desde a sua abertura, promoveu ciclos de diversas actividades artístico-culturais evocativos das obras do romancista Machado de Assis, do poeta e compositor Vinícius de Moraes e do poeta Carlos Drummond de Andrade e tinha em programa a realização de eventos sobre as relações da ecologia e do futebol com a cultura — este, marcado para Junho, quando terá lugar a «Mundial» de Itália —, além de um ciclo evocativo do trabalho do dramaturgo Nelson Rodrigues.

Apenas cinco meses depois da sua inauguração, o centro cultural deverá suspender a sua actividade no final deste mês, porque todo o dinheiro da fundação do Banco do Brasil a ele destinado encontrava-se aplicado no mercado financeiro e não poderá ser levantado nos próximos 18 meses.

A decisão do Governo — ratada pelo Parlamento — de despedir todos os funcionários públicos com menos de cinco anos de serviço pôs em risco a manutenção do Paço Imperial e da Biblioteca Nacional.

Instalado num prédio do séc. XVIII restaurado através de um financiamento do Governo português, o Paço Imperial — cenário magnífico de algumas das exposições de pintura mais importantes realizadas no Rio de Janeiro nos últimos três anos, inteiramente patrocinadas por autoridades de países estrangeiros e por empresas — deverá ter os seus quadros reduzidos de 77 para quatro funcionários.

Brasília deverá também reduzir a metade o quadro de 352 funcionários da Biblioteca Nacional, inaugurada em 1810 por D. João VI com livros da Biblioteca Real de Lisboa e de cujo acervo constam sete milhões de exemplares, entre os quais um de uma edição de «Os Lusíadas» impressa em 1572.

Em grave risco encontra-se ainda a prossecução de um projecto muito ambicioso e de grande importância para a futura vida cultural carioca, a Fundação Progresso, «Shopping Cultural», como é chamado pelos seus idealizadores — entre eles, o português Perfeito Fortuna — que está a ser construído

no centro do Rio de Janeiro num espaço de 14 mil metros quadrados, a partir da restauração de uma antiga fundição de ferros e metais.

Com salas de teatro, cinema, vídeo e para concertos musicais, além de restaurantes, bares e outros estabelecimentos comerciais, o Shopping deveria começar a funcionar em Outubro, mas todo o capital necessário à sua edificação, orçada no equivalente a cerca de 900 mil contos, estava a ser angariado junto de empresas que, devido ao «congelamento» dos activos financeiros, sem liquidez, hoje em dia estão a ter dificuldade para pagar os próprios salários dos seus empregados.

● reacção em bloco

São apenas alguns dos exemplos do caos criado num vastíssimo sector de actividade e que, além do corte de incentivo a iniciativas de empresas privadas, viu suspensos mesmo os recursos até aqui a ele destinados pelo orçamento de Estado e que eram equivalentes a escassos 0,05% do total do planeamento dos gastos públicos anuais.

Entretanto, artistas e intelectuais não ficaram apenas à espera de uma revisão da filosofia governamental em relação à cultura. Desdobram-se em reuniões para o estabelecimento de uma reacção em bloco de forma a pressionar Brasília a não tornar a sua actividade ainda mais marginal do que já era num país cuja grande maioria da população é composta por «descamisados» como o chama Collor de Mello analfabetos ou iletrados.

Há 15 dias, foi criado o «Fórum em Defesa da Cultura», que esta semana realizou um espectáculo misto de comício político num teatro do Rio de Janeiro abrilhantado, entre outros, por Chico Buarque, Djavan, Paulinho da Viola e pela actriz Zezé Mota.

«Não exigimos ao Governo uma política fascista, é coisa de regime fascista. É aos artistas, e só a eles, que cabe determinar as suas próprias formas de expressão. O que queremos é uma política em relação à cultura, reivindicação justíssima que o Governo não se mostra disposto a satisfazer» — queixou-se o actor Cláudio Mamberti, popularizado entre nós através da telenovela «Helena», em declarações ao JN.